

## **DECRETO Nº 3142**

*de 04 de julho de 2019*

**“Regulamenta os critérios para a concessão de remissão, total ou parcial, do crédito tributário e fiscal, conforme regido pelo art. 84 da Lei Complementar nº 037, de 21 de dezembro de 2006, e dá outras providências”**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o disposto na alínea a, do inciso I, do art. 84 da Lei Complementar nº 037/2006 (Código Tributário Municipal), que concede remissão, total ou parcial, do crédito tributário e fiscal, condicionada à observância a comprovação, devidamente atestada pelo Órgão Responsável pela Promoção Social, de que a situação econômica do sujeito passivo não permite a liquidação de seu débito. DECRETA:*

### **Art. 1º.**

*Será beneficiado com a remissão, total ou parcial, o contribuinte que comprovadamente não possuir condições de realizar o pagamento do crédito tributário e fiscal, desde que condicionados a um dos seguintes critérios:*

**a).** *Ao contribuinte que apresente doença incapacitante para o trabalho comprovada por laudo médico com CID, cuja renda familiar não seja superior a 02 (dois) salários mínimos, que possua um único imóvel, com finalidade residencial, e nele habite;*

**b).** *Ao contribuinte portador de deficiência física ou mental, cuja renda não seja superior a 02 (dois) salários mínimos, que possuam um único imóvel, com finalidade residencial, e nele habite;*

**c).** Ao contribuinte aposentado ou com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, cuja renda não seja superior a 02 (dois) salários mínimos, que possuam um único imóvel, com finalidade residencial, e nele habite;

**1º** Demais situações que sejam caracterizadas como vulnerabilidade e/ou risco social poderão ser enquadradas no art. 1º do referido Decreto, conforme avaliação do técnico social por meio do estudo e parecer social.

**d).** Ao contribuinte que resida em situação insalubre e/ou de risco cuja renda familiar não seja superior a 02 (dois) salários mínimos, que possuam um único imóvel, com finalidade residencial, e nele habite;

**1º** Demais situações que sejam caracterizadas como vulnerabilidade e/ou risco social poderão ser enquadradas no art. 1º do referido Decreto, conforme avaliação do técnico social por meio do estudo e parecer social.

**2º** A comprovação de posse do imóvel se fará por meio de escritura pública, matrícula do imóvel, contrato de compra e venda ou instrumento similar que esteja devidamente assinado e reconhecido a firma das assinaturas.

### **3º**

Para averiguar os requisitos deste artigo, a Assistente Social terá plena autoridade para requerer a colaboração de órgãos, departamentos e servidores desta municipalidade.

### **Art. 2º.**

Quando restar comprovada a necessidade em decorrência da capacidade financeira do contribuinte, a Assistente Social poderá solicitar:

## ***I.***

*O parcelamento do crédito tributário em maior número de parcelas, que aquelas previstas na legislação municipal aplicando o disposto no art. 73 da Lei Complementar nº 037/2006;*

## ***II.***

*A remissão, total ou parcial, dos encargos incidentes sobre a dívida (correção monetária, multas e juros), aplicando o disposto no art. 84 da Lei Complementar nº 037/2006;*

### ***Parágrafo único. .***

*Na hipótese do inciso I deste artigo, o valor mínimo de cada parcela será de 05 (cinco) UFMs, vencendo a primeira 05 (cinco) dias após a concessão do parcelamento, conforme rege os artigos 67 e 68 da Lei Complementar nº 037/2006.*

## ***Art. 3º.***

*Diante do parecer social elaborado pela Assistente Social, a Assessoria Jurídica do Município averiguará a legalidade do procedimento, emitindo o parecer para despacho final da Autoridade Municipal competente.*

### ***Parágrafo único. .***

*O processo de remissão iniciado na Secretaria de Assistência Social, findará no Departamento de Cadastro e Tributação (CAC - Central de Atendimento ao Contribuinte), sendo notificado o contribuinte solicitante da decisão emanada pela Autoridade Municipal competente.*

## ***Art. 4º.***

*As concessões das condições acima citadas não geram direito adquirido para outros créditos tributários e/ou fiscais do contribuinte com a Municipalidade de Chapadão do Sul.*

**Art. 5º.** *Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Chapadão do Sul - MS, 04 de julho de 2019.*

*JOÃO CARLOS KRUG* *Prefeito Municipal.*

---

*Decreto Nº 3142/2019 - 04 de julho de 2019*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*